INFORME RIG

Relações Institucionais e Governamentais

AGENDA DA SEMANA

CONGRESSO NACIONAL
SEMANA 21/06 A 25/06



Sistema CNDL

CNDL FCDL CDL CDL Jovem SPC BRASIL



CENÁRIO

O final de semana foi marcado por protestos e o atingimento de 500 mil mortos pela pandemia do coronavírus: a movimento predominante das manifestações - que alcançaram tamanho expressivo em algumas capitais - ainda foi o da esquerda. É importante lembrar que o indicador de preocupação para o governo deve ser a adesão ou não de eleitores independentes no processo. Isso ainda não está claro. O presidente Jair Bolsonaro não se manifestou sobre a marca de mortos. Sua conta no Twitter preferiu focar na listagem de obras realizadas pelo ministério da Infraestrutura e anúncios relativos ao programa Gigantes do Asfalto, que mira caminhoneiros.

É possível que o governo envie projetos complementares da reforma tributária nesta semana (IR, IPI e Lucros e Dividendos). Nos bastidores, comenta-se que Lira quer apensá-los ao PL 3.887/20 (CBS) e nomear um único relator.

Na Câmara dos Deputados, a segunda-feira tem pauta única, a MPV 1031/2021 que dispõe sobre a desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras), terça, 22, finda a vigência e o prazo para deliberação da MP e os deputados precisam analisar 28 emendas do Senado ao texto. Na terça e quarta a previsão é a votação da MP 1040/21.

No Senado Federal, a MP 1.034/21, que zerou impostos federais sobre combustíveis em troca do fim do regime especial da indústria química, o aumento da CSLL dos bancos e o fim do incentivo para a compra de veículos por deficientes físicos entram na pauta. A MP 1.033/21 que regulamenta a criação de Zonas de Processamento de Exportações, a de medidas emergenciais para a cultura e o turismo (MPV 1036/2021) e o PL 4728/2020 que reabre o prazo de adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) e ajusta os seus prazos e modalidades de pagamento também estão pautados. E as audiências sobre a CPI da Pandemia continuam no Senado.



PAUTA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

SEGUNDA-FEIRA (21)

15h - PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS | DELIBERATIVA

MPV 1031/2021 - Dispõe sobre a desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras); altera as Leis nºs 5.899, de 5 de julho de 1973, 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.438, de 26 de abril de 2002, 10.848, de 15 de março de 2004, 13.182, de 3 de novembro de 2015, e 14.118, de 13 de janeiro de 2021; e revoga dispositivos da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961.

TERÇA-FEIRA (22)

MPV 1040/2021 - que dispõe sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.
Relator: DEP. MARCO BERTAIOLLI (PSD-SP)
Posicionamento: Favorável.

QUARTA-FEIRA (23)

09h - COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CFT)
AUDIÊNCIA PÚBLICA - Tema: Os impactos provenientes do Projeto de Lei Complementar nº 5 de 2021 que prorroga os benefícios fiscais sobre o ICMS ao Comércio até 2032.

Convidados:

- JOSÉ DAMASCENO SAMPAIO, Coord. do Fórum Interestadual de Debates do Setor Atacadista Distribuidor.

- HERCULANO ANGHINETTI, Presidente da Associação Brasileira Pró-Desenvolvimento Regional Sustentável - Adial Brasil (Não confirmado)
- BERNARD APPY, Diretor do Centro de Cidadania Fiscal - CCiF (Confirmado)
- SÉRGIO GOBETTI, Pesquisador da Universidade de Brasília (Não confirmado)

9h - COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA (CSSF)

PL 4865/2016 - Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho - para dispor sobre a possibilidade do menor trabalhar no mesmo local de seus pais ou responsáveis legais.
Autor: Diego Andrade (PSD-MG)
Relator: Marx Beltrão (PSD-AL), pela aprovação, com substitutivo
Posição: acompanhamento.

13h - COMISSÃO DE COMISSÃO DE DES. ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS (CDEICS)

PLP 29/2020 - Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 - Simples Nacional para conceder isenção Tributária para Micro Empreendedor Individual e Micro e Pequenas Empresas em situação de emergência sanitária.
Autor: Helder Salomão (PT-ES)
Relator: Otto Alencar Filho (PSD-BA)
Posição: Favorável

PL 1018/2020 - do Sr. Alencar Santana Braga e outros - que "suspende a cobrança dos pagamentos em contratos particulares vigentes“.

RELATOR: Deputado OTTO ALENCAR FILHO.
PARECER: pela rejeição deste.
Orientação: Favorável ao Projeto / Contrário ao Parecer pela rejeição

PL 1465/2020 - Permite que dívidas de empresas com governos municipal, estadual e federal, oriundas do período de calamidade pública devido ao combate à pandemia do vírus Covid-19, não possam resultar na inscrição dessas empresas no cadastro de devedores.
Autor: Filipe Barros (PSL-PR)
Relator: Marco Bertaiolli (PSD-SP), favorável com substitutivo.
Posicionamento: contrário ao PL, favorável ao substitutivo.

PL 3911/2020 - do Sr. Samuel Moreira - que "possibilita a concessão de linha de crédito no âmbito do PRONAMPE, do PEAC e do PESE para pagamento de tributos, inclusive vencidos, e débitos inscritos em dívida ativa". Explicação: Altera a Lei nº 13.999 de 2020.
RELATOR: Deputado OTTO ALENCAR FILHO.
PARECER: pela rejeição
Orientação: Favorável ao Parecer pela rejeição

PL 4393/2020 - do Sr. Osires Damaso - que "altera as Leis nos 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para criar benefícios para as empresas que contratem planos privados de assistência à saúde para seus empregados". Explicação: Revoga o Decreto-lei 2.047, de 1988.
RELATOR: Deputado GENINHO ZULIANI.
RELATOR: Deputado OTTO ALENCAR FILHO.
PARECER: pela rejeição.
Orientação: A Favor do do Projeto; Contra o Parecer

PL 4944/2020 - da Sra. Luisa Canziani - que "altera a Lei do Bem – Lei nº 11.196, de 2005, para permitir que o excedente

do percentual dos dispêndios com pesquisa tecnológica excluído do lucro líquido das empresas possa ser aproveitado em exercícios subsequentes, e dá outras providências".
RELATOR: Deputado GENINHO ZULIANI.
PARECER: pela aprovação, com Substitutivo
Orientação: A Favor do Parecer e do Projeto

PL 478/2020 - do Sr. Denis Bezerra - que "proíbe a destruição de produtos não perecíveis não comercializados ou devolvidos pelo consumidor".
RELATOR: Deputado MARCO BERTAIOLLI.
PARECER: pela aprovação.
Orientação: Contrários ao Projeto / Contrários ao Parecer

QUINTA-FEIRA (24)

9h - COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CDC)

PL 4316/2019 - do Senado Federal - Rodrigo Cunha - que "altera a Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para incluir, entre as sanções administrativas, a obrigação de dar, fazer ou não fazer".
RELATOR: Deputado PEDRO VILELA.
PARECER: pela aprovação.
Orientação: Contrário ao parecer do relator; Contrário ao projeto

PL 5159/2016 - do Sr. Lincoln Portela - que "acrescenta parágrafo único ao art. 70 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para obrigar os estabelecimentos sujeitos à vigilância sanitária a afixarem, em local visível ao público, o número telefônico da autoridade sanitária".
RELATOR: Deputado FÁBIO RAMALHO, pela rejeição.
Orientação: Contrário ao parecer do relator; Contrário ao projeto.

PL 2524/2019 - Do dep. Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL/SP), que altera a Lei nº12.414, de 9 de junho de 2011, para vedar que instituições financeiras controlem, direta ou indiretamente, gestores de bancos de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas.
Relator: dep. Celso Russomanno (REPUBLIC/SP), pela aprovação, com emendas.
Posicionamento: acompanhar

PL 3500/2019
Do dep. Altineu Côrtes (PL/RJ), que altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para vedar a cobrança de juros e demais encargos em dívidas inscritas em Sistemas de Proteção ao Crédito.
Relator: dep. Celina Leão (PP/DF), pela aprovação.
Posicionamento: contrário

PL 738/2020 - do Sr. Gil Cutrim - que "acrescenta dispositivo aos arts. 56 e 76 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código do Consumidor) para alterar a sanção aplicada às infrações das normas de defesa do consumidor e incluir os casos de epidemia, pandemia e calamidade pública".
RELATOR: Deputado CELSO RUSSOMANNO.
PARECER: pela aprovação do PL 738, de 2020, com substitutivo.
Orientação: Contrário ao parecer do relator; Contrário ao projeto.

PL 2710/2020 - do Sr. Domingos Sávio - que "dispõe sobre a obrigatoriedade da aceitação do Real por meio eletrônico, seja pela utilização de instrumentos de pagamento, ou de transferência bancária em qualquer de suas modalidades".
Explicação: Altera a Lei nº 9.069, de 1995.
RELATOR: Deputado CELSO RUSSOMANNO.
PARECER: pela aprovação, com emenda.
Orientação: Favorável ao Parecer



PL 4608/2020 - do Sr. João Maia - que "altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre o prazo de validade dos produtos comercializados pela rede mundial de computadores (internet)".
RELATOR: Deputado JORGE BRAZ.
PARECER: pela aprovação.
Orientação: Contrário ao parecer do relator; Contrário ao projeto

PL 5210/2020 - Inclui o § 2º ao artigo 2º da Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, para estabelecer o significado da expressão "preço à vista".
Autor: Rafael Motta (PSB-RN)
Relator: Celso Russomanno (REPUBLIC-SP)
Posição: acompanhar

PAUTA DO SENADO FEDERAL

15h - PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL

QUARTA-FEIRA (23)

MPV 1036/2021 - prorroga as regras para os organizadores cancelarem ou remarcarem eventos nas áreas de turismo e dispõe sobre medidas emergenciais para atenuar os efeitos da crise decorrente da pandemia da covid-19 nos setores de turismo e de cultura.
Autor: Presidente da República
Relator: pendente.
Posição: favorável, pendente parecer do Senado.

QUINTA-FEIRA (24)

PL 4728/2020 - reabre o prazo de adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), de que trata a Lei nº 13.496, de 2017, e ajusta os seus prazos e modalidades de pagamento.



Autor: Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG)
Relator: Sen. Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE).
Parecer: não publicado
Posicionamento: a definir conforme o parecer.

PAUTA DA AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (ANPD)

SEGUNDA-FEIRA (21)

10h - A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) realizará reunião técnica para debater o **processo de regulamentação do relatório de impacto à proteção de dados pessoais.**

O tema da reunião será "Metodologias e Critérios para Elaboração e Análise do Relatório de Impacto". O evento contará com os seguintes convidados:

Abertura

● **Cel. Waldemar Gonçalves Ortunho Júnior** - Presidente da ANPD

Moderadoras

● **Adriana Marques** e **Isabela Maiolino** - Coordenação-Geral de Normatização

Expositores

● **Bruna Godoy** - Advogada. Especialista em Tecnologia da Informação pela Georg August Universität.

● **Felipe Fonteles Cabral** - Representante da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual.

● **Marcel Leonardi** - Doutor e Mestre em Direito pela USP. Professor da FGV.

● **Maria Cecília Gomes** - Advogada. Coordenadora Sênior de Privacidade e Proteção de Dados na Idwall. Doutoranda na USP. Professora do Data Privacy Brasil.

QUARTA-FEIRA (23)

10h - reunião técnica para debater **o processo de regulamentação do relatório de impacto à proteção de**



dados pessoais.
O tema da reunião será "Situações/circunstâncias que ensejam a necessidade ou dispensa de elaboração de Relatório de Impacto". O evento contará com os seguintes convidados:
Abertura
● **Joacil Rael** e **Nairane Rabelo** - Diretores da ANPD
Moderadoras
● **Adriana Marques** e **Isabela Maiolino** - Coordenação-Geral de Normatização **Expositores**
● **Bianca Mollicone** - Coordenadora e professora do Instituto LGPD - Legal Grounds for Privacy Design.
● **Dionice de Almeida** - CEO da NV Seguros Cibernéticos.
● **Felipe Palhares** - Advogado. Privacy Law Specialist (PLS) pela IAPP.
● **Rony Vainzof** - Advogado, professor e árbitro especializado em Direito Digital.

QUINTA-FEIRA (23)
10h - reunião técnica para debater **o processo de regulamentação do relatório de impacto à proteção de dados pessoais**. Convidados:
Abertura
● **Arthur Sabbat** e **Miriam Wimmer** - Diretores da ANPD
Moderadoras
● **Adriana Marques** e **Isabela Maiolino** - Coordenação-Geral de Normatização
Expositores
● **Clarissa Luz** - Advogada. Especialista em Proteção de Dados, Tecnologia e Cibersegurança pela University of California, Berkeley.
● **Fabio Cavalcante** - Mestre pela Universidade de Berlim e doutorando pela Universidade de Bremen, representante da First Privacy GmbH.
● **Matheus Passos Silva** - Doutorando em Direito e Tecnologia na Universidade Nova de Lisboa. Data Protection Officer da L'Oréal Portugal.

RIG | Relações Institucionais e Governamentais

CNDL FCDL CDL CDL SPC BRASIL

AGENDA DA SEMANA

ESTADOS
SEMANA 21/06 A 25/06





AGENDA LEGISLATIVA

AMAPÁ

PL 37/2021 (Suspensão do protesto/covid-19) - *Dispõe sobre a suspensão, por 90 dias, de realização de novos pedidos de protesto cartorários dos débitos inscritos em dívida ativa, tributária ou não, no âmbito do Estado do Amapá.*
Situação: Promulgado com veto parcial. Recebido na CCJ

DISTRITO FEDERAL

PLC 53/2020 (Tributos) **-** *Altera a legislação distrital relativa ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, aplicando a alíquota de 5% sobre todos os serviços relacionados ao setores de cartório, bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União.*
Situação: Aprovado em segunda discussão. Aguarda elaboração da redação final.

GOIÁS

PL 328/2021 (Utilities/cobranca - Covid-19) - *Determina a suspensão do corte dos serviços de fornecimento de água e de energia elétrica, por parte das empresas concessionárias, aos consumidores inadimplentes, enquanto perdurar o período de calamidade pública provocado pela pandemia da COVID-19 no Estado de Goiás.*
Situação: Apensado ao PL 427/2020 (Utilities - suspensão do fornecimento), é de autoria do dep. Talles Barreto (PSDB), monitorado sob ponderação **neutra**.
A matéria principal encontra-se na CCJ, aguardando a elaboração do voto do relator Vinicius Cirqueira (PROS).

SÃO PAULO

VETO TOTAL AO PL 112/2021 (Cartório - Central de atendimento) - Institui o atendimento centralizado dos serviços de Registro Civil das Pessoas Naturais e de

Protestos de Títulos e outros Documentos de Dívida no Estado.
Situação: Vencido prazo. Pronto para Ordem do Dia. A Alesp não tem histórico de deliberação de vetos. Portanto a pauta onde constam os projetos vetados é extensa e não deliberada há anos.

PL 757/2017 (Utilities) **-** *Dispõe sobre a política consumerista de prestação de serviço de energia elétrica no Estado de São Paulo.*
Situação: Redesignado relator o dep. José Américo (PT) na Comissão de Finanças e Orçamento.

TOCANTINS
PL 360/2021 (Telemarketing - bloqueio - Cobrança) - Altera a Lei nº 3.377, de 26 de julho de 2018, que institui o cadastro para bloqueio do recebimento de ligações de telemarketing.
Situação: Aprovado parecer favorável na Comissão de Adm. Púb. e Defesa do Consumidor. Pronto para pauta da Ordem do Dia.

DISTRITO FEDERAL
PLENÁRIO - 22/06 | 15h
Item 33, para **discussão única** do **veto total** ao **PLC 37/2020** (Suspensão da negativação / covid-19)

NOVAS PROPOSIÇÕES

MATO GROSSO
PL 523/2021 - *Obriga a omissão parcial dos dados pessoais de consumidores em documentos ou cartas de cobrança de serviços e dá outras providências.*
Autor: Dep. Valdir Barranco (PT)
Situação: Protocolado.



NOTÍCIAS

DISTRITO FEDERAL

Telma Rufino toma posse como deputada distrital, substituindo o Delegado Fernando Fernandes, que se afastou do mandato para chefiar a Administração de Ceilândia.

GOIÁS

Maycllyn Carreiro (PRTB) toma posse na ALEGO, ocupando a cadeira de Júlio Pina (PRTB), que se licenciará das funções parlamentares por 121 dias para tratamento de saúde.

RIG | Relações Institucionais e Governamentais

CNDL FCDL CDL CDL SPC

INFORMAÇÕES

André Pellizzaro
(11) 3549 6800 ramal 8885

Bianca Robles
(11) 3549 6800 ramal 6277 | (11) 98257-4403

Karoline Lima Santos Pereira
(61) 3213 2000 ramal 2095 | (11) 98819-0387

Marco Antônio Corradi
(61) 3213 2000 | (37) 98405-1313

E-mails: rig@spcbrasil.org.br | rig@cndl.org.br

Com informações da Câmara e Senado Federal. Consultorias Vector, Action e Radar Governamental.



INFORME RIG

Relações Institucionais e Governamentais

